

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000623/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/10/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR063558/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.008959/2017-34
DATA DO PROTOCOLO: 21/09/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS, VENDEDORES E VIAJANTES, PROPAGANDISTAS, DO COMERCIO, DA INDUSTRIA, DO ATACADO, DO VAREJO E DE CONSORCIOS DO D.F, CNPJ n. 00.449.181/0001-38, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA APARECIDA ALVES LOPES;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.697.631/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDSON DE CASTRO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de setembro de 2017 a 31 de agosto de 2018 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **PROFISSIONAL DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO, PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS-VENDEDORES, DO PLANO DA CNTC; DE LOJISTAS DO COMÉRCIO, DO PLANO DA CNC**, com abrangência territorial em DF.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Fica assegurado para os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, além de comissões sobre as vendas, cujo percentual será pactuado entre as partes, o salário fixo no valor de R\$ 1.063,00 (Hum Mil e Sessenta e Três Reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas, representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal, concedem aos seus empregados, representados pelo Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes, Propagandistas, do Comércio, da Indústria, do Atacado, do varejo e de Consórcios do Distrito Federal, a partir de 1º de setembro de 2017, um reajuste salarial de 3,5% (três vírgula cinco por cento) incidente sobre o salário de 31 de agosto de 2016, podendo ser aplicado o princípio da proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado, para os empregados admitidos após 1º de setembro de 2016.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas, que na data de início da vigência da presente avenca já tiverem efetuado o pagamento do mês e ficarem sujeitas a alguma diferença, poderão efetuar o pagamento desta, na folha de pagamento do mês subsequente, ou mediante folha suplementar.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os reajustes relativos aos meses de Setembro/17 e Outubro/17 poderão ser pagos em 02 (duas) parcelas, nas folhas de pagamento dos meses de Dezembro/2017 e Janeiro/2018.

PARÁGRAFO QUARTO - Será facultada a compensação de aumentos e antecipações salariais concedidas no período de 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017, excetuando-se aqueles decorrentes de implemento de idade, equiparação salarial, promoção e término de aprendizagem.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUARTA - DESCONTO SALÁRIAL

Fica vedado qualquer desconto salarial, salvo os previstos no artigo 462 da CLT e os expressamente autorizados pelo empregado.

CLÁUSULA QUINTA - MENSALIDADE SOCIAL

O não recolhimento tempestivo da mensalidade social, descontada do empregado, sujeitará a empresa ao pagamento de multa no valor de 2% (dois por cento), acrescido de juros de 1% (um por cento), ao mês e atualização monetária.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SEXTA - DO VALE REFEIÇÃO

Fica assegurada a concessão pelo empregador, para cada dia efetivamente trabalhado, de vale-refeição no valor de R\$ 13,00 (treze reais), excetuado o empregador que mantiver cantina, refeitório ou convênio com estabelecimento fornecedor de refeição, ressalvada as condições mais favoráveis.

PARAGRAFO ÚNICO – O valor do vale refeição será revisto por ocasião da data base de setembro de 2017.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALE TRANSPORTE

Em cumprimento às disposições da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 16 de novembro de 1987, fica estabelecida, a critério de cada empresa, a concessão aos empregados do valor correspondente ao Vale Transporte, através do pagamento em dinheiro juntamente com os salários.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de elevação da tarifa do serviço de transporte utilizado pelo empregado beneficiário do sistema, a empresa se obriga a endereçar-lhe a diferença correspondente no prazo máximo de 7 (sete) dias, contados da majoração.

Outros Auxílios

CLÁUSULA OITAVA - DESPESAS COM VIAGENS

Fica assegurada a antecipação de pagamento de despesas com deslocamento e viagem, bem como o reembolso das despesas que excederem o valor antecipado, desde que aprovados, previamente e por escrito, pelo empregador, que de nenhuma forma integrará a remuneração/salário.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

O empregador deverá comunicar ao empregado, demitido por justa causa, por escrito, os motivos de sua dispensa sob pena de considerá-la imotivada.

CLÁUSULA DÉCIMA - EXAME DEMISSSIONAL

Será exigido o exame demissional para efeito de homologação de rescisão do contrato de trabalho.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO AVISO PRÉVIO

O empregado ficará dispensado do cumprimento de aviso prévio, sem nenhum ônus para as partes, se no curso deste for contratado para novo emprego mediante comprovação. Nos demais casos, aplica-se a norma legal.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL/HOMOLOGAÇÃO

A homologação de rescisão do contrato de trabalho perante o sindicato profissional dependerá da comprovação de recolhimento da contribuição sindical laboral e patronal.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE

A empregada gestante gozará de estabilidade provisória, com a garantia de emprego e salário, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO UNIFORME

Exigido pelo empregador o uso de uniforme ou vestimenta especial, conforme for o caso, deverá ser fornecido gratuitamente ao empregado.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SINDICALIZAÇÃO

As empresas permitirão, desde que autorizado e por escrito, o acesso de pessoas credenciadas pelo sindicato profissional em seus estabelecimentos e escritórios para promover a sindicalização de empregados interessados.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas descontarão da remuneração dos empregados sindicalizados e que são alcançados por esta Convenção o valor relativo a um dia de serviço, no mês de novembro de 2017, conforme decisão da assembleia geral da categoria e repassá-la ao sindicato dos trabalhadores, ora conveniente até o dia 10 de novembro de 2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso no repasse, pelo empregador, da contribuição supramencionada acarretará na incidência de multa de 10% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Subordina-se o presente Desconto Assistencial à não oposição do empregado manifestada pessoal e individualmente perante o Sindicato laboral, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a homologação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA DOS EMPREGADOS PARA FAZER FACE AS DESPESAS

Conforme deliberação da Assembléia Geral do Sindicato patronal, e do Conselho de Representantes da FECOMERCIO/DF, de acordo com o disposto no inciso XXVI do art.7º e dos incisos III e IV do art.8º, ambos da Constituição Federal e forte ainda nas decisões do Supremo Tribunal Federal proferida nos processos – AI 499.046 AgR/SP e AI 401.709 AgR/ES, a qual firmou entendimento no sentido de que “ a matéria relativa à contribuição assistencial não tem porte constitucional” convalidando, assim, a norma incerta no art.513, letra “e” da CLT, em todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal recolherão, junto a rede bancária, em favor do SINDIVAREJISTA/DF, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela.

T A B E L A

| | |
|--------------------------------|---------------------|
| NENHUM EMPREGADO | R\$ 150,00 |
| 00 a 03 EMPREGADOS | R\$ 150,00 |
| 04 A 10 EMPREGADOS | R\$ 249,00 |
| 11 A 20 EMPREGADOS | R\$ 353,00 |
| 21 A 30 EMPREGADOS | R\$ 449,00 |
| 31 A 50 EMPREGADOS | R\$ 646,00 |
| 51 A 80 EMPREGADOS | R\$ 945,00 |
| 81 A 110 EMPREGADOS | R\$ 1.242,00 |
| 111 A 150 EMPREGADOS | R\$ 1.836,00 |
| 151 A 200 EMPREGADOS | R\$ 3.029,00 |
| ACIMA DE 201 EMPREGADOS | R\$ 4.121,00 |

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos relativos à Contribuição Assistencial deverão ser efetuados nas seguintes datas, e o valor deverá ser recolhido conforme a **Tabela acima**:

| CONTRIBUIÇÃO | REFERÊNCIA | VENCIMENTO |
|---------------------|--------------------------|-------------------|
| ASSISTENCIAL | SETEMBRO A OUTUBRO/2017 | 15/10/2017 |
| ASSISTENCIAL | NOVEMBRO A DEZEMBRO/2017 | 15/12/2017 |
| ASSISTENCIAL | JANEIRO A FEVEREIRO/2018 | 15/02/2018 |
| ASSISTENCIAL | MARÇO A ABRIL/2018 | 15/04/2018 |
| ASSISTENCIAL | MAIO A JUNHO/2018 | 15/06/2018 |
| ASSISTENCIAL | JULHO A AGOSTO/2018 | 15/08/2018 |

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Contribuição Confederativa correspondente ao ano de 2017 deverá ser paga em duas parcelas, devendo o valor ser recolhido, conforme a Tabela acima, sendo a primeira até o dia 15/03/2018 e a segunda até o dia 15/05/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará na incidência de multa de 10% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

Disposições Gerais

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS

As cláusulas econômicas da presente convenção coletiva de Trabalho terão vigência pelo prazo de um ano, com início em 1º de setembro de 2017 e término em 31 de agosto de 2018.

PARÁGRAFO ÚNICO - As cláusulas sociais da presente Convenção Coletiva de Trabalho terão validade de dois anos, tendo início em 1º de setembro de 2017 e término em 31 de agosto de 2018.

Outras Disposições

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CLÁUSULA PENAL

Por descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste instrumento, a parte que descumprir pagará multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor pactuado como salário, cujo produto reverterá em favor da parte lesada.

MARIA APARECIDA ALVES LOPES

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS, VENDEDORES E VIAJANTES, PROPAGANDISTAS, DO COMERCIO, DA INDUSTRIA, DO ATACADO, DO VAREJO E DE CONSORCIOS DO D.F

EDSON DE CASTRO

Presidente

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO DISTRITO FEDERAL

ANEXOS

ANEXO I - ATA

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS
EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES,
PROPAGANDISTAS, DO COMÉRCIO, DA
INDÚSTRIA, DO ATACADO, DO VAREJO E DE
CONSÓRCIOS DO DISTRITO FEDERAL -
SEMPREVIAJAVEND**



Aos 14 dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se na **CSA 01 Lote 06 Subsolo Taguatinga Sul**, nesta Cidade de Brasília - DF, em primeira convocação, os associados e demais integrantes das das categorias profissionais representadas por este sindicato (vendedores, praticistas e viajantes do comércio e da indústria, vendedores de consórcios e executivos de vendas, promotores de vendas, repositores, demonstradores, contatos comerciais, relações públicas do comércio e da indústria), e, todos no segmento de vendas em Assembleia Geral Extraordinária com o fim específico de debater deliberar sobre as reivindicações, referentes negociações salariais, data-base, dando poderes a presidente deste sindicato, que poderá, inclusive delegar esses poderes, bem como outros suficientes para ajuizar dissídio coletivo, dos integrantes das categorias profissionais representadas por este sindicato bem como obter a aprovação da contribuição assistencial e confederativa. Foi composta a mesa que dirigiu os trabalhos pela presidente deste sindicato, Sra. Maria Aparecida acompanhada do secretário dos trabalhos o Sr. Daniel de Abreu Correa. Após explanação da presidente, Maria Aparecida, sobre as dificuldades do momento econômico que atravessam as

ANEXO II - ATA

empresas brasileiras, mas que o sindicato se esforçará para conseguir salários e vantagens, compatíveis, em prol das categorias aqui representadas. Ao final colocada em votação os termos e objetivos desta assembléia foram todos aprovados por unanimidade. Franqueada a palavra e como ninguém mais quis fazer uso dela, deu-se por encerrada a presente assembléia, às dezoito horas e trinta minutos(18:30hs), deste dia. Brasília-DF, 29 de junho de 2017.


Maria Aparecida Alves Lopes
Presidente/Sempreviajavend


Daniel de Abreu Correa
Secretário

1. OFICIO - BRASÍLIA
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Ficou arquivada cópia em microfilme
sob o n.00141534

CARTORIO MARCELO RIBAS
1. OF. DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
SUPER CENTER - ED. VENANCIO 2000
SCS. Q.08 BL. B-60 SL. 140-E 1. ANDAR
BRASÍLIA/DF - TELEFONE: 3224-4026

Registrado e Arquivado sob o numero
100002068 do livro n. A-03 em
29/11/1990. Dou fé. Protocolado e
digitalizado sob nº00141534
Brasília, 02/08/2017.


Titular: Marcelo Caetano Ribas
Subst.: Edlene Miguel Pereira
Rosimar Alves de Jesus
Selo: TJDFT20170210043542HZEV
Para consultar www.tjdf.jus.br

CARTORIO MARCELO RIBAS
Emolumentos: R\$ 185,05
Tab: J I

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE
REGISTRO CIVIL
Geralda do Carmo A. Rodrigues
Escrev. Subst.
BRASÍLIA - DF

ANEXO III - ATA



SEMPREVIAJAVEND

*Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio,
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de
Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal*

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR TABELIÃO DO CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO
DE REGISTRO CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - Cartório Maecelo Ribas.**



O Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do
Comércio, Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores do
Distrito Federal vem por deste, requerer o registro da ata, em anexo.

T.P.E.D.

Brasília - DF, 28 de Julho de 2017


MARIA APARECIDA ALVES LOPES
PRESIDENTE

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.